

Ata da Reunião do Conselho

ATA N.º 121/2004/CET – 100ª REUNIAO ORDINÁRIA

No dia 07 de abril de 2004, com início às 16h10min, na sala de reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, sito à rua Pedro Ivo nº 750, 5º andar, nesta capital, com a presença dos seguintes conselheiros: Padre Roque Zimmermann, Aloize Gogola, Sandra Regina de Oliveira Garcia, José Daniel Farias, Sérgio Athaide Silva, Paulo Tupinambá Santos Bastos, Josiel Tadeu Teles, Carlos José Zimmer, Ademir Müller, Newton Jorge Gonçalves de Oliveira, Pedro de Paula Filho, Sinval Zaidan Lobato Machado, Roberto Teixeira de Freitas, do Secretário Executivo José Maurino de Oliveira Martins e dos seguintes convidados: José Ademir do V.B. Fortes – CIM, Antonio Caccia- CGTBI, Ater Cristófoli – Presidente do CMT de Campo Mourão, Lusimar M. Paixão- Sindicato do Vestuário, Altair de Jesus Alves – Operador de Máquinas, Pedro Atílio Estella – Técnico em Química, José Aparecido de Queiroz – Técnico em desenvolvimento, Paulo T.M. Vieira – CUT/PR, Roni Anderson Barbosa – CUT, Valdelucia Kruger – CQP, Jane Maria Salgado Cattani – CRT, Antonio B. de Siqueira – CRT, Luiz Antonio Bonato – CQP, reuniu o CET, em sua 100ª Reunião Ordinária, para deliberar os seguintes assuntos de pauta: 1- Aprovação da Ata nº 120/2004; 2 – Informes do Secretário; 3_ Retificação da Resolução 199/04- Termo Aditivo ao PLANSINE/2004; 4- Aprovação do PLANTEQ/2004; 5 – Relato do Conselho Municipal de Campo Mourão; 6 – Assuntos gerais.

Item 01 - Aprovação da Ata nº 120/2004

O Conselheiro Sinval Zaidan Lobato Machado deu início à reunião, informando que estava substituindo o Presidente do CET, que se encontrava em Porto Alegre. Perguntou se todos haviam recebido cópia da ata da reunião anterior. O conselheiro Daniel/CUT indagou sobre a data do envio da ata, já que a recebeu no mesmo dia da reunião. Outros conselheiros tiveram a mesma preocupação. Foram citados os erros encontrados e o Conselheiro Aloize Gogola/SETP mencionou a respeito da informação errônea quanto ao número de Conselheiros municipais. O Secretário Executivo do CET, José Maurino/SETP justificou os erros contidos na ata em virtude da saída da pessoa responsável pela realização da mesma. Com relação ao item 3 da pauta, o Conselheiro Daniel/CUT disse que o trabalho começou na Região Metropolitana de Curitiba e não em Curitiba, como consta da ata. Feitas as devidas correções, a ata foi aprovada por unanimidade.

3_ Ratificação da Resolução 199/04- Termo Aditivo ao PLANSINE/2004

O Secretário Executivo, José Maurino/SETP esclareceu que, na reunião de janeiro do CET, foi apresentada a resolução 199/04 do PLANSINE, que aprovava o plano emergencial para as ações do SINE no Estado, no valor de R\$ 1.640.152,00, mas que o Ministério alterou o calendário de vigência do Convênio. O Ministério está propondo um termo aditivo alterando o valor para R\$ 3.208.304,00, em duas parcelas de R\$ 1.640.152,00, do convênio de manutenção para os meses de fevereiro, março e abril. Como o Conselho não se reuniu e tinha um prazo, a resolução 199/04 foi aprovado pelo Presidente do CET para a viabilização do Termo Aditivo. A resolução foi apresentada ao plenário pelo Secretário Executivo e este informou que até o momento não se tem o valor que o Estado irá receber para o ano todo. Foi solicitado ao Conselheiro Geraldo, da DRT, que intervenha junto ao Ministério nessa questão dos recursos. Ele afirmou ter havido um corte no custeio, mas que deverá haver uma suplementação em abril e outra em agosto. Como não houve manifestação em contrário, foi aprovada a ratificação da Resolução 199/04.

5 – Relato do Conselho Municipal de Campo Mourão

O item 4 da pauta foi deixado para o final, para ser discutido com a presença do Secretário Padre Roque. O Presidente deu prosseguimento à reunião, passando a palavra ao Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Campo Mourão, Sr. Ater Cristófoli, item 5 da pauta. Este, agradeceu a oportunidade de poder estar presente à reunião do CET, colocando que o CMT de Campo Mourão não tem clareza sobre o seu papel. Considerou que as ações de qualificação estão sendo desenvolvidas a contento, mas com recursos próprios. Salientou sua preocupação com relação aos recursos para qualificação, pois estes só têm sido disponibilizados no final do ano e assim não há tempo hábil para se desenvolver as ações de acordo com as expectativas dos trabalhadores e do empresariado em geral. Informou que o CMT recebeu instrumento de pesquisa para novo levantamento dos interesses do município, enfatizando que não concordam com a metodologia da pesquisa, uma vez que não têm sido atendidos em sua demanda. Sobre os recursos do FAT, perguntou qual a autoridade que o governo federal tem para usá-los em outras ações que não as diretamente voltadas para o trabalhador. Indagou ainda, quanto o Paraná irá receber para a qualificação este ano e qual o motivo dela ser repassada aos poucos. Relatou ter dúvidas sobre a real finalidade dos Conselhos Municipais. Perguntou, ainda, como é feita a divisão dos recursos e quanto é gasto no produto final. Na sua opinião, a linguagem do governo deveria ser mais simples, prática e objetiva. Apresentou um Projeto do Empresariado de Campo Mourão, voltado para área da saúde, onde constam 06 (seis) produtos já patenteados. É um projeto desenvolvido com jovens de 13 a 17 anos, todos com o diferencial de inovação. Atuam com incubadoras. O Presidente em exercício, agradeceu a presença e a visão realista do Conselheiro de Campo Mourão dizendo que, em nível do CET, também existem dificuldades e que o exemplo trazido demonstra que o caminho para o desenvolvimento de nosso País é a educação. Solicitou ao Secretário Executivo, José Maurino/SETP, que fizesse os esclarecimentos necessários e este disse que as dúvidas quanto à qualificação seriam respondidas por ocasião do debate sobre o PLANTEQ, no final da reunião. Informou ainda que as demais informações solicitadas foram anteriormente encaminhadas ao E.R. de Campo Mourão, que tinha a incumbência de repassá-las aos CMT's de sua jurisdição. Comprometeu-se pelo encaminhamento de um ofício ao CMT de Campo Mourão, detalhando os custos com a qualificação. Em seguida, a palavra foi passada ao Conselheiro Sérgio/CUT que reforçou o que foi dito pelo Secretário Executivo José Maurino/SETP, e, ao mesmo tempo, disse que os Sindicatos não foram criados para servir aos empresários. Os custos com qualificação, de interesse dos empresários, deveriam ser pagos pelo Patronato. Disse que os Conselhos foram criados com a finalidade de serem um espaço para a sociedade civil poder participar e defender seus interesses. É um espaço a ser dirigido pela sociedade civil no atendimento às necessidades do trabalhador. Na continuidade o Conselheiro Daniel/CUT fez uso da palavra discordando da colocação realizada pelo Presidente do CMT – Campo Mourão, enfatizando que os recursos do FAT não são exclusivos para a qualificação. Sugeriu que se levasse essa discussão para debate em espaço aberto, como a Câmara de Vereadores da cidade, para que a sociedade civil possa conhecer e acompanhar esses recursos. O Presidente passou a palavra ao conselheiro Josiel/CGT que considerou louvável o posicionamento do Presidente do CMT de Campo Mourão em seus questionamentos. Salientou ainda, que a transparência quanto ao uso dos recursos deve estar sempre presente. O conselheiro Geraldo Seratiukl/DRT fez uso da palavra perguntando ao Presidente do CMT de Campo Mourão sobre a composição do colegiado e evidenciando a importância de se ter a participação do SEBRAE, do Sistema S e de setores de crédito junto ao Conselho viabilizando, assim, a discussão de política e renda. Se não houver um acompanhamento da política da região, será difícil poder estabelecer uma Política de Renda para o município, afirmou. Ao ser colocada a necessidade de se requalificar os Conselhos, o conselheiro Aloize/SETP disse que essa não poderá ser evidenciada nos mesmos

moldes até então utilizados. José Maurino/SETP informou sobre um expediente do Ministério do Trabalho que relata o resultado das visitas realizadas aos Conselhos Municipais do Trabalho do Paraná, escolhidos por sorteio, registrando que eles existem mas não atuam. Apontou como solução, para a realização de Conferências pela questão da representatividade e da legitimidade, onde os nomes dos representantes do Conselho fossem eleitos nas próprias conferências de modo a legitimar a atuação dos CMT's. Falou da necessidade de se rever o Manual do Conselheiro, ocasião em que o Conselheiro Aloize/SETP disse que a visão que se tem do Conselho é a burocrática e não a de um Conselho propositivo que busque alternativas junto ao seu município, tendo um papel de fórum. Considera que esta problemática é uma questão conceitual. O Presidente mais uma vez enalteceu a coragem do Presidente do CMT de Campo Mourão em apresentar suas preocupações aos presentes, o que enriqueceu a pauta da reunião, devolvendo-lhe a palavra e este respondeu aos comentários realizados. Dando sequência à reunião, a palavra foi passada ao Conselheiro Newton/FIEP que foi interpelado pelo Conselheiro Daniel/CUT que pediu um aparte para a questão de Diamantina, onde os trabalhadores estão paralisados em virtude da falta de pagamento dos salários à partir de dezembro de 2003, do 13º, bem como o não pagamento do FGTS e o depósito na conta do trabalhador, do valor correspondente ao INSS, recolhido do trabalhador e não repassado à Previdência. A representante do Sindicato Vestuário, disse que paralisaram as atividades da fábrica e que a mesma foi tomada pelos trabalhadores. Solicitou ao CET que verificasse a real situação da empresa. O Conselheiro Sérgio/CUT, disse que a CUT irá atuar no sentido da invasão das fábricas que estejam inoperantes. Lembrou que existem muitas empresas do Programa Paraná Doze Meses que estão paralisadas, da mesma forma, que há muitos empresários que recolhem INSS e não depositam na conta dos trabalhadores, não sendo penalizados por isso. A invasão e tomada das fábricas será uma forma de possibilitar a geração de emprego, mas para isto será necessária a viabilização de recursos pelo Ministério. O Conselheiro Daniel/CUT disse que estes poderiam ser conseguidos junto ao BNDES, Agência de Fomento do Paraná, Banco Social e que para tanto, se criasse uma Comissão que pudesse interceder junto ao mesmo, na liberação destes recursos. Sugeriu ainda, que essa iniciativa tivesse o apoio oficial do Secretário Padre Roque e do governador do Estado. O conselheiro Aloize/SETP falou sobre o Programa Economia Solidária, mas que existem questões pontuais colocadas pelo próprio BNDS. O Presidente propôs que se aprovasse uma Comissão com um representante de cada segmento: Governo, com a participação do conselheiro Aloize/SETP; Empregadores com o conselheiro Pedro de Paula/FCP e Trabalhadores, com o conselheiro Daniel/CUT. Este último se pronunciou pedindo que o Conselheiro Sérgio/CUT fosse o representante da Classe Trabalhadora, na referida Comissão. A palavra foi passada ao conselheiro Geraldo Seratiuk/DRT e este salientou que a Empresa Diamantina já teve uma série de denúncias e de autuações. Solicitou aos representantes responsáveis pela tomada da Empresa que passassem na DRT para juntos verificarem o que já existe contra a Empresa. Passou a palavra novamente ao conselheiro Newton/FIEP que cumprimentou a todos e mais uma vez foi interpelado. O conselheiro Daniel/CUT, solicitou cinco minutos para uso da palavra pelos representantes do projeto Redução da Jornada de Trabalho, os quais fizeram sua explanação dizendo que esta iniciativa não é apenas da CUT, mas uma ação conjunta da CAT, Força Sindical e CGT. Enfatizaram que esta proposta vem no sentido da geração de empregos, representando para o Brasil 2.800 novos empregos. Disseram que isso é uma questão antiga e que a Constituição de 88 reduziu a carga horária dos trabalhadores para 44 horas semanais. O Banco de horas não funciona a contento e como existe a proibição de horas extras, esta redução pode gerar empregos e é uma questão passível de discussão.

4- Aprovação do PLANTEQ/2004;

O Presidente passou a palavra ao conselheiro Newton/FIEP que pediu a colaboração dos demais conselheiros para o cumprimento da pauta das reuniões e que os assuntos não constantes da pauta fossem discutidos nos assuntos gerais, como uma questão de respeito a todos. Pediu à chefe da Coordenadoria de Qualificação Profissional, Valdelúcia Kruger/SETP que explanasse sobre sua participação na reunião com o Ministério para discussão das pendências do PLANFOR e esclarecimentos do PNQ/2004. Esta expôs que existem pendências do PLANFOR. Os anos de 1999, 2000 e 2001 estão com a prestação de contas fechada. Já a de 2002, considerando-se o quadriênio e as reprogramações do Planfor, está em aberto, apresentando problema de meta. Informou que ao estado do Paraná, juntamente com outros dezessete estados, poderá ser solicitada Tomada de Contas especial, o que inviabilizaria a assinatura de Convênios e do próprio PLANTEQ. Quanto ao PNQ 2003, há contratos feitos em hora técnica, que não estão sendo aceitos pelo Ministério. Entretanto, há um documento da DATAMEC respaldando essa possibilidade. Enfatizou a necessidade da ata de aprovação dos ajustes ao PLANTEQ 2004. Pediu que os conselheiros acompanhassem a priorização das demandas, no documento distribuído, explicando que o total dos recursos foi distribuído aos E.R's pelo critério da PEA, e que nem todos os municípios poderão ser atendidos, tendo em vista o montante de recursos. O PLANTEQ passa a ter carga horária média de 200 horas, o que eleva a qualidade de atendimento do trabalhador, pois são incluídos outros conteúdos e o PLANTEQ deixa apenas de treinar, passando a EDUCAR os trabalhadores. Os cursos devem ter carga horária média por setor e o valor médio é de R\$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete), aluno/hora. O conselheiro Newton/FIEP informou não ter havido consenso na Comissão de Qualificação e que a Secretaria de Trabalho teve apenas cinco dias para a realização da Segunda fase do Plano. Evidenciou a necessidade de se referendar o Plano, pois sem essa ação o Paraná corre o risco de não receber o recurso do Ministério ou recebê-lo no final do ano, pois quem entregar antes, recebe os recursos por primeiro. Expôs a dificuldade pela falta de consenso da Comissão, formada pelos conselheiros; José Daniel/CUT, Sandra/SEED, Roberto/FETRANSPAR, Aloize/SETP e Newton/FIEP. O Secretário Padre Roque/SETP disse concordar com as preocupações da Coordenadora da CQP, Valdelúcia, e do Presidente da Comissão, Newton/FIEP, pelo impossível realizado em tão curto espaço de tempo. Considera que o Plano apresentado foi o melhor que se pode fazer e pediu que os conselheiros presentes aprovassem, mesmo sendo de difícil execução. O conselheiro Sérgio/CUT pediu a palavra, perguntando e lamentando ao mesmo tempo, por que as três regiões mais ricas do Estado receberam 70% dos recursos, uma vez que já são economicamente privilegiadas. Disse respeitar a colocação do Secretário Padre Roque entretanto, considera que o CET precisa conhecer melhor o Plano para poder aprová-lo. Considerou ainda, que o Conselho deve referendar uma proposta que ajude a resgatar o processo de inclusão social. Posicionou-se pela não aprovação do documento, pedindo que se marcasse uma nova reunião para aprovação do Plano, tendo em vista que a própria Comissão não o referendou. O Presidente em exercício do CET, solicitou ao presidente da Comissão que respondesse e este o fez dizendo que a Comissão não pode referendar 100% do Plano, considerando as discordâncias ocorridas. A Conselheira Sandra/SEED fez uso da palavra parabenizando a equipe responsável pelo ajuste do plano em tão curto espaço de tempo. Disse que deve-se relevar, já que são ajustes e por terem havido problemas de comunicação. Outra questão a ponderar, segundo sua colocação, é o cronograma do Ministério, devendo o CET se manifestar quanto ao mesmo, uma vez que este é de difícil execução. Segundo ela, o Plano avança quando propõe uma nova carga horária por setores e chega naquilo que se chama de qualificação de trabalhadores. O custo também conseguiu se enquadrar no teto repassado pelo Ministério. Sente-se a falta dos subsídios e de dados em relação à economia de cada região, o que deverá ser revisto. Considera ser um momento de reflexão e manifestou preocupação pelo Plano não Ter contemplado os

indígenas. O conselheiro Carlos/CGT apresentou sua preocupação no sentido de que, "como não houve consenso da Comissão, quanto tempo mais iremos ser penalizados e não estaremos recebendo recursos. E, por outro lado, se aprovarmos o Plano como se apresenta hoje, como poderemos revertê-lo no futuro? O conselheiro Roberto/FETRANSPAR disse ser necessário deixar bem claro que o CET delegou à Comissão a análise de todas as questões e como esta é tripartite, tem autonomia em suas definições. O conselheiro Aloize/SETP, esclareceu que a planilha da página 9, de distribuição de recursos, seguiu os critérios da PEA, estabelecidos pelo CODEFAT, o que é um critério objetivo que não poderá ser alterado. Ponderou que a tabela do anexo 1 sintetiza os públicos do PNQ e estes percentuais foram determinados com base nas demandas apresentadas pelos E.R's e representam o que foi pedido. Sendo assim, reflete uma demanda e deste ponto de vista, não há porque não ser aprovado. Valdelúcia/SETP reafirmou que o critério PEA foi determinado pelo próprio Ministério/CODEFAT. Na opinião do Conselheiro Sérgio/CUT, novos critérios que não somente os estabelecidos pelo Ministério, sejam acrescentados. O presidente em exercício pediu que a Secretaria do Trabalho se manifestasse a respeito. O Secretário Pe. Roque reafirmou que o plano é o melhor que pode ser feito, principalmente porque acabou de ser realizado e já estamos além do prazo de entrega. Lembrou que cada negociação com o Ministério é extremamente penosa e se o plano não for aprovado contribuiremos para atrasar o repasse dos recursos. Solicitou àqueles que não concordaram com o mesmo que indiquem o encaminhamento a ser dado. O presidente do CET pediu então, ao Presidente da comissão que desse sua opinião pessoal. Este colocou que não o fez anteriormente para não influenciar os demais conselheiros. Ressaltou que o aprofundamento do plano não cabe somente à Comissão e se não for aprovado em tempo hábil, corre-se o risco de atraso do recurso e, além disso, de não termos o tempo previsto para cumprir a carga horária exigida para a realização de cada curso, que de 30 ou 40 horas passa a até 300 horas. Com base nesses fatores, encaminha para a aprovação do Plano com alguns ajustes, pois uma análise mais detalhada não pode ser realizada em dois dias. Segundo o Secretário do Trabalho, existem três demandas significativas em todo o Estado: indústria de confecção; indústria de transformação de alimentos e indústria de metal - mecânica. O critério do resultado final, ou seja o de empregabilidade, também deve ser considerado. O Presidente passou a palavra à conselheira Sandra para que se manifestasse, e, esta expôs que a aprovação do Plano consiste no único caminho e que já se trabalhe nos critérios para o próximo Plano, antes mesmo da demanda ser gerada. Em seguida, a palavra foi passada ao conselheiro Sérgio que indagou sobre os critérios para democratização dos recursos do Sistema S. Mantém-se contra a aprovação do Plano, afirmou que não irá assinar e pede o registro de sua posição em ata. O Secretário Padre Roque, perguntou se há tempo técnico para reformulação do Plano e até que ponto esta é a solução. Se sofrermos penalização esta será estendida aos trabalhadores e poderá ser por um período de 4 anos. Será que devemos correr este risco, indagou. A Coordenadora da CQP, Valdelúcia disse que o Paraná não é o único Estado nessa situação. Tempo existe, mas quanto mais prorrogarmos a entrega do Plano, menos tempo teremos para executá-lo. Acrescentou que não se pode fugir da priorização gerada pelos E.R's e impor aquilo que se julga melhor. O conselheiro Geraldo disse que já na reunião de janeiro havia se posicionado à respeito da metodologia de construção do PNQ e que desta forma ele não qualifica. Ponderou que deve-se avaliar a questão dos setores e dos parceiros deste processo, inserindo o Sistema S. O conselheiro Pedro de Paula concluiu que do que foi discutido até aqui não há novidade, a metodologia deve ser construída. Entende a dificuldade da Comissão, bem como, a dos técnicos. Considera oportuno que o conselheiro Sérgio através da CUT, promova junto ao CODEFAT a discussão para alterar essa resolução. Como a legalidade impõe o critério PEA, não podendo excluir-se dele, deve-se manifestar também junto ao Ministério do Trabalho a questão de apenas cinco

dias para formulação do documento. Seja qual for o encaminhamento que se dê, temos que começar a trabalhar buscando as soluções para aquilo que faremos. Finalizou dizendo que nesta reunião deve-se tentar a aprovação do Plano e este deve ser feito dentro do consenso progressivo, tão preconizado pelo conselheiro Daniel da CUT. O Presidente passou a palavra ao conselheiro Sérgio/CUT que disse concordar com uma construção melhor do Conselho, com a participação de entidades como o SEBRAE e outras. Reafirma o seu voto contrário à aprovação da proposta. Na continuidade o conselheiro Bittencourt/SEAB enfatizou que todas as propostas foram feitas e que em 2004 deve-se buscar a mudança de metodologia. Sugeriu que se realizasse duas reuniões ordinárias, para que se trabalhe ao longo de 2004 a proposta para 2005. Optou pela aprovação da proposta, até mesmo porque, nem ele nem o seu suplente, poderão estar representados no Conselho, nas próximas semanas. O Presidente retomou a palavra pedindo que se aprove a proposta, mesmo com a posição contrária do representante da CUT e que o mesmo conste em ata. A proposta foi colocada em votação e aprovada, com o voto contrário do contrário do Conselheiro Sergio da CUT.

ATA DA COMISSÃO

Conforme solicitado pelos conselheiros transcrevemos a seguir a ata da reunião da comissão: ATA N.º 02/2004.

No dia 07 de abril de 2004, com início às 14 horas, na sede da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, na Rua Pedro Ivo, 750, com a presença dos Conselheiros Newton Jorge Gonçalves de Oliveira, José Daniel Farias, Roberto Teixeira de Freitas, Sandra Regina de Oliveira Garcia e Aloize Gogola, contando também com a presença de técnicos da SETP, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento do Programa de Formação Profissional em sua reunião ordinária para deliberar sobre a segunda fase do Plano Territorial de Qualificação Profissional – PlanTeQ/PR 2004.

Após as formalidades de abertura, realizadas pelo Presidente Newton Jorge Gonçalves de Oliveira, a Coordenadora da Qualificação Profissional da SETP, Valdelucia Krüger, relatou o processo de priorização das demandas do PlanTeQ/PR 2004, realizada de forma descentralizada, pelos 18 Escritórios Regionais, a partir da distribuição dos recursos para cada regional, correspondente ao percentual da PEA. Apresentou os resultados dessa priorização, de forma a ajustar o PlanTeQ/PR ao valor de R\$ 2.732.519,00 que será o recurso do FAT para o Paraná, bem como o documento que justifica essa priorização. Apresentou também as planilhas de públicos/ações consolidadas pelos ERs, explicando que essas foram a base de construção da planilha de públicos prioritários (anexo I) a serem atendidos em 2004. Explicou que, para garantir a carga horária média de 200h, a Secretaria está propondo a seguinte carga horária média por setor econômico: Agricultura – 150h; Comércio e Serviços, Associativismo/Cooperativismo – 200h; Indústria – 300h, Transporte – 200h. Apresentou, também, para garantir o custo-médio por aluno/hora de R\$2,57, estabelecido pelo MTE a manutenção dos valores praticados em 2003, por setor, podendo, entretanto, esses valores serem acrescidos para populações que se encontram em maior desvantagem. Assim, seriam praticados os seguintes valores: Indústria R\$2,50 a R\$ 2,90; Transporte R\$2,10 a R\$2,50; Comércio/Serviços R\$2,30 a R\$2,70; Rural R\$2,00 a R\$2,30. O Presidente abriu a discussão, tendo os Conselheiros apresentado suas preocupações quanto aos custos baixos e carga horária elevada. Também se levantaram as questões de prazos muito curtos dados pelo MTE para as análises e apreciações do Plano pelos Conselheiros.

Após essas discussões, o Presidente colocou em votação a segunda fase do PlanTeQ/PR 2004, tendo sido aprovado pela maioria dos Conselheiros. Encerrando a sessão, o Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os Conselheiros e demais presentes, e responsabilizou-se por submeter à aprovação do Conselho Estadual do Trabalho a ata da presente reunião e solicitar a aprovação pelos demais membros do Conselho. Para constar o registro, eu, Luciene Bracht, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais

presentes. Curitiba, 07 de abril de 2004; Homologação da ata pelo Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, após reunião do CET, em 07/04/2004. SINVAL LOBATO MACHADO Presidente em exercício

6 – Assuntos Gerais;

O Secretário Padre Roque, sugeriu como item da pauta para a próxima reunião, um debate sobre alternativas de qualificação. O conselheiro Geraldo/DRT informou que o Instituto Ethos irá lançar uma campanha nacional incentivando o empresariado a contratar profissional aprendiz. E este deve ser uma preocupação a ser discutido pelo CET pois não se tem entidades suficientes que possam suprir essa demanda. Deverá, portanto, constar como item de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Sérgio aproveitou o assunto, colocando a Escola Sul da CUT à disposição para esta proposta. O Presidente Dr. Sinval, agradeceu a presença de todos, passando a palavra ao Presidente do CMT/Campo Mourão, que reafirmou a necessidade de se melhorar a coleta de dados para o PNQ e deixou como sugestão ao CET, que se promova uma reunião com todos os CMT's, para a geração de um documento a ser encaminhado ao Ministério do Trabalho colocando as dificuldades encontradas, bem como, as alterações sugeridas. O Presidente mais uma vez agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 20h32min., para constar o registro, eu José Maurino de Oliveira Martins, Secretário Executivo do CET, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim.

Curitiba, 07 de abril de
2004 _____